

**A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas**

**The Squatter's Revolt in the Southwest Paraná in 1957: possibilities and demands of study in light of criticism about the marginalization of female voices**

Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo problematizar algumas lacunas nas produções de conhecimento sobre a Revolta dos posseiros de 1957, especificamente acerca da marginalização das vozes das mulheres nesse cenário. Buscando, então, contribuir para a diminuição dessa lacuna, nos propomos a indicar alguns caminhos possíveis - possibilidades e demandas de estudo - tendo como foco as narrativas dessas mulheres. A importância que elas tiveram naquele contexto de 1957, bem como a riqueza de suas narrativas sobre aqueles eventos - ambos ainda pouco estudados - apresentam-nos, então, necessárias e ricas oportunidades de estudo. Por fim, a noção de “testemunhas autorizadas”, de Michael Pollak, será trabalhada para melhor se compreender essas dinâmicas, bem como noções que tangenciam a perspectiva de gênero e da História das mulheres.

**Palavras-chave:** Revolta dos posseiros; novas abordagens; mulheres.

**Abstract:** This article aims to problematize some gaps in the production of knowledge about squatter's revolt of 1957, specifically about the marginalization of women's voice in this scenario. Seeking, then, to contribute to the reduction of this gap, we propose to indicate some possible paths - possibilities and demands of study - focusing on the narratives of these women. The importance that these women had in that context of 1957, as well as the richness of their narratives about those events - both still little studied - present us, then, with necessary and rich opportunities for study. Finally, Michael Pollak's notion of “authorized witnesses” will be worked on to better understand these dynamics, as well as notions that touch the gender perspective and the History of Women.

**Key-words:** Squatter's revolt; new approaches; women.

O século XX foi marcado, em todo o Brasil, por um processo de expansão das fronteiras, agrícolas e/ou de ocupação - comumente correlacionadas. Podemos pensar nesse contexto como de expansão, em última instância, do próprio capitalismo. Afinal, apesar das imensas vicissitudes de cada recorte espaço-temporal, de cada grupo de agentes envolvidos, dentre tantos outros fatores, parece haver um elemento em comum muito significativo. É o que defende José de Souza Martins:

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, na linha Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na história. E-mail: aguinaldohenrique333@gmail.com

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

Essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos, especialmente nas frentes pioneiras. É que o posseiro não paga renda da terra a ninguém: nem como aluguel nem através da compra da terra. É muito significativo que justamente grandes empresas capitalistas e não rudes senhores do sertão estejam envolvidos nesses conflitos. Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra.<sup>2</sup>

Ou seja, nessa expansão há o embate entre a busca constante de lucro dos grandes proprietários de terra, dos grileiros e das grandes empresas, e a busca, do outro lado, em última instância, pela sobrevivência, de pequenos camponeses e indígenas. E desse embate, por sua vez, surgem inúmeros conflitos, que sempre envolvem algum tipo de violência.

É nesse cenário, portanto, que devemos compreender o que ocorreu no Sudoeste paranaense na década de 1950. Posseiros, vindos especialmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se depararam com essa busca de lucros de grandes empresas colonizadoras, chamadas também de companhias de terra, que buscavam vender-lhes terras que já eram suas posses ou mesmo que já estavam em processo de regularização - propriedade - por meio do governo federal. Além disso, como tem se mostrado cada vez mais claro ultimamente, essas terras foram adquiridas pelas companhias por meios ilegais.

Muitos desses posseiros tinham consciência dessas questões e, por isso, se recusaram a assinar os contratos com as companhias. Para resolver essa oposição, as empresas colocaram em ação um dos sujeitos centrais de todo esse cenário mais amplo de conflitos de terra, o jagunço. No Sudoeste do Paraná, especialmente a partir de 1956-1957, esses homens, pagos pelas companhias de terra, passaram a pressionar os posseiros, por diversos meios, sempre violentos, a assinarem os contratos com as empresas. Às instabilidades legais com as quais os posseiros já vinham sofrendo, somou-se, então, as violências cometidas pelos jagunços a mando das companhias.

A partir disso, ações de resistência dos posseiros, que já eram praticadas de diversas formas anteriormente, se intensificaram. A estratégia ou ação de resposta definitiva - como sabemos hoje, porque foi bem sucedida - dos posseiros para atingirem seus objetivos - a saber, a expulsão de jagunços e das companhias de terra da região e, posteriormente, a regularização de suas posses - foi a tomada das cidades, quando milhares de pessoas literalmente ocuparam algumas das cidades da região. Por terem atingido seus objetivos - mesmo que a regularização tenha se dado num processo que ainda levou mais de dez anos - o movimento de 1957 é considerado um dos poucos levantes de camponeses bem sucedido na história brasileira.

---

<sup>2</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes: Petrópolis, 1981, p. 176.

Desde o início de nossos trabalhos com esse tema, percebemos, nos estudos sobre ele, a existência de algumas lacunas e marginalizações; sujeitos e assuntos que não recebiam atenção, o que muito contrastava com outros sujeitos e assuntos, que estavam sempre no centro do debate. A constante presença dos jagunços, em tudo que se produziu sobre a Revolta, mas a completa ausência de aprofundamento sobre esse sujeito, por exemplo, é uma dessas marginalizações<sup>3</sup>. Apesar das grandes e óbvias diferenças frente aos jagunços, as mulheres daquele contexto são sujeitos históricos com um processo de marginalização semelhante. Afinal, essas mulheres sempre estiveram presentes nas narrativas e trabalhos sobre a Revolta - além do fato de terem papéis de destaque naquele cenário - bem como dificilmente foram o sujeito central da análise ou receberam maiores atenções.

Podemos entender um pouco melhor essas dinâmicas ao levarmos em conta o trabalho de Silvia Maria Amancio<sup>4</sup>. A autora aponta para a construção de uma “cristalização dos conhecimentos” sobre a Revolta de 1957, que, muitas vezes, beira uma monumentalização. Afinal, seriam ouvidas sempre as mesmas vozes, sobre os mesmos temas - resultando, assim, na cristalização. Essas vozes eram especialmente as dos líderes urbanos do movimento, homens, e tratavam sobre suas atuações.<sup>5</sup>

Com essas questões em mente foi que nos debruçamos sobre a fala de Margarete Preilipper, no documentário *A Revolta* (2010)<sup>6</sup>, de João Marcelo Gomes e Aly Muritiba. De modo geral, essa produção se enquadra em grande medida no panorama acima exposto, ou seja, dedica muito mais atenção aos líderes urbanos da revolta, em detrimento de mulheres e colonos - muito embora aqui, relativamente, essa discrepância não seja das maiores.

Dentre as poucas mulheres presentes no documentário, está Margarete Preilipper.<sup>7</sup> Em sua fala, essa mulher, que não vivenciou diretamente os eventos de 1957, mas que está inserida em uma família fortemente marcada por eles, apresenta-nos uma narrativa que foge do padrão. Margarete aponta para as maiores participações das mulheres no cenário da Revolta, assim como questiona o pouco espaço nos estudos sobre essa participação, dentre outras questões. Seus questionamentos se mostraram tão ricos e instigantes que acabaram por nos impulsionar a buscar algumas respostas ou ao menos traçar alguns

---

<sup>3</sup> GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço da Revolta dos Posseiros (1957): interpretações e representações*. Problematização de uma narrativa sobre o outro. Monografia em História. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2019.

<sup>4</sup> AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

<sup>5</sup> Se relacionam com essa dinâmica a seleção dos temas a serem trabalhados sobre a Revolta que, conseqüentemente giram em torno desses agentes e desses espaços. A centralidade das questões legais da terra, por exemplo, apesar de sua não centralidade na vida dos colonos naquele contexto, como aponta Koling (KOLING, 2018), acaba ganhando um grande destaque na produção posterior.

<sup>6</sup> *A Revolta*. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 27/01/2022.

<sup>7</sup> Margarete, segundo suas próprias palavras ao longo do documentário, chegou a ocupar o cargo de vereadora, na cidade de Verê. Além disso, teve papel destacado na promoção de pesquisas sobre a Revolta e também em associações e sindicatos da região.

caminhos no sentido da problematização feita por ela, que se relaciona justamente com a marginalização que anteriormente pontuamos sobre as mulheres da Revolta.

Importante deixar claro que não nos propomos, aqui, a realizar um trabalho que, necessariamente, se insira na História das Mulheres ou que tome o gênero enquanto uma categoria de análise. Todavia, temos consciência de que essas perspectivas, invariavelmente, tocarão este trabalho, bem como possíveis avanços nos sentidos que apontaremos, portanto devem ser considerados. O trabalho de Eleni Varikas<sup>8</sup>, no diálogo com Louise Tilly e Joan Scott, nos fornece elementos essenciais para esclarecermos esse ponto. Especialmente ao retomar Scott, quando expõe que “gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos quanto uma maneira primária de significar relações de poder”<sup>9</sup>, Varikas parece apontar para uma direção segundo a qual as mulheres, frequentemente, experienciam de modos diferentes determinados cenários, se comparado aos homens; isso ocorrendo, justamente, como resultado dessas relações e experiências como sendo uma construção.

Obviamente essa dinâmica não é estanque. Longe disso, como também argumenta Varikas, “uma das tarefas primordiais do(a) historiador(a) do gênero consiste em desconstruir esses conteúdos, em mostrar sua fragilidade e polissemia, em expôr tanto a seletividade dos procedimentos pelos quais eles adquiriram um sentido único quanto as lutas de interpretações concorrentes que os produzem”<sup>10</sup>.

Partindo da fala de Margarete, em diálogo com outras narrativas de mulheres, especialmente de um artigo pioneiro de 1997<sup>11</sup>, o que pretendemos aqui, então, é problematizar essa marginalização à luz da noção de “testemunhas autorizadas”, de Michael Pollak<sup>12</sup>, e indicar possibilidades e demandas de estudo sobre a participação das mulheres em 1957 - e também sobre questões não diretamente à elas associadas, mas que são percebidas em suas falas.

Para isso, todavia, entendemos que um exercício fundamental, para podermos indicar essas possibilidades de modo mais embasado, é o delineamento do panorama dessa lacuna. Realizaremos, portanto, um breve levantamento bibliográfico, considerando bibliografia especializada e algumas fontes, atentando-nos para essa presença/ausência das mulheres. Com isso, além de um conhecimento mais profundo dessa lacuna, ficará claro que essa dinâmica de marginalização não é uma exclusividade do documentário no qual a fala de Margarete se encontra, mas sim um padrão visualizado na produção de modo geral.

---

<sup>8</sup> VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 63-84.

<sup>9</sup> Idem, p. 67.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.

<sup>12</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

## O documentário *A Revolta* (2010) e a fala de Margarete Preilipper

Com roteiro e direção de João Marcelo Gomes e Aly Muritiba e tendo, além dos dois, Marisa Merlo na produção, foi lançado, em 2010, o documentário *A Revolta*. Este filme de 52 minutos teve sua estreia em canais públicos entre os dias 03 e 10 de janeiro de 2010. Essas informações e ainda outras encontram-se disponíveis no blog criado para a divulgação e disponibilização do material<sup>13</sup>.

A proposta dos autores, que têm noção dos elementos relacionados à memória que permeiam sua produção e, principalmente, têm consciência da impossibilidade de se encerrar o debate sobre o tema da Revolta<sup>14</sup>, é dar visibilidade a um tema que, segundo eles, é pouco conhecido e, com isso, suscitar debates. É, pois, justamente isso o que pretendemos fazer aqui, trabalhando a partir da presença/ausência das mulheres e de suas narrativas, especificamente a partir da narrativa de Margarete. Dessa forma, mesmo que nosso objetivo aqui não seja trabalhar diretamente com o documentário em si ou em sua integralidade, algumas questões metodológicas acerca desse material enquanto fonte histórica devem ser esclarecidas.

De imediato, devemos deixar claro que entendemos o documentário como uma construção, dotado de subjetividades e mesmo empregador de encenações<sup>15</sup>; muito distante, portanto, de uma reprodução pura e direta de uma suposta realidade retratada. Por essas características, os documentários devem ser compreendidos da perspectiva de um “lugar e mídia ‘de memória’ [que] nos leva a problematizá-lo como objeto de instrumentalizações (ou articulações) de memórias e identidades que visam colocar em prática um discurso sobre o passado, que nos seja convincente e comovente”<sup>16</sup>. Ou seja, ele é uma construção, que pode criar, recriar e reproduzir narrativas, discursos e visões sobre determinado tema. Justamente por isso é importante ter em mente a visão - inserida num âmbito de inter relações mais amplo - que o documentário possui, problematizando-a, na medida do possível.

Teremos em mente, ainda, apontamentos metodológicos presentes em textos como o de André Fonseca Feitosa<sup>17</sup>, que aponta para a necessidade de uma análise de elementos internos e externos do filme<sup>18</sup>

<sup>13</sup> <http://filmearevolta.blogspot.com/>. Acesso em 06/06/2022.

<sup>14</sup> Essas importantes e complexas noções certamente se relacionam com a formação em História de um dos diretores, Aly Muritiba, e da formação do outro diretor, João Marcelo Gomes, num ambiente em que seus pais estudavam e produziam sobre o evento em questão.

<sup>15</sup> MENEZES, Paulo. Representações. As relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS* - VOL. 18 Nº. 51, pp. 87-97. 2003.

<sup>16</sup> TOMAIN, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. *Significação*, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, jan-jun. 2019, p. 118.

<sup>17</sup> FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal/RN. Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. p. S/N-S/N.

<sup>18</sup> Aqui, entendemos que o diálogo entre a análise do documentário e o que estamos chamando de panorama da lacuna, cumpra bem o papel de análise de elementos externos, além, é claro, de questões mais técnicas, como enquadramento, tempo de tela, que seriam referentes à chamada análise interna.

ou o que Marcos Napolitano aponta como a necessidade de decodificação de natureza técnico-estética e representacional<sup>19</sup>.

O documentário em questão não possui grandes particularidades, se comparado com outros sobre o mesmo tema. Segue o padrão centrado nos entrevistados, mostrando raramente as participações dos realizadores. Em determinado momento do documentário, no entanto, algo chamou nossa atenção. Na verdade, foi a partir especificamente dessa passagem que a ideia para este trabalho nasceu e se desenvolveu. Referimo-nos aqui às entrevistas com Ivo Preilipper e Margarete Preilipper, pai e filha.

Entre os minutos 12:00 e 13:00 se inicia a narrativa desse senhor que à época da Revolta era um adolescente. Ele nos conta sobre o triste fim que um casal de tios, que foram violentados nos tempos da Revolta, teve; o tio tendo enlouquecido e a tia tendo cometido suicídio. Essa passagem, como tantas outras, atua no sentido de evidenciar as violências daquele período.

O entrevistador pergunta, então, sobre o título da propriedade de Ivo Preilipper: quando ele a conseguiu, se ainda a tem; ao que o senhor responde que sim e sai para pegar o documento. Neste momento, a filha de Ivo Preilipper, Margarete Preilipper, entrega a criança que estava em seu colo para outra pessoa e se dirige ao local – ela estava logo ao lado, no mesmo barracão – onde estava sendo feita a entrevista com seu pai. A tela se divide, uma parte acompanha o pai indo buscar o documento e a outra foca-se na filha:

Cê já tem aquele... posso falar? (R: Pode). Cê já tem aquela matéria da pesquisa dos 40 anos? Do movimento sindical (R: Tenho um monte de material. Qual que é esse aí?). Nós fizemos, no sindicato, comissão regional das mulheres, na comissão regional das mulheres, dos sindicatos da região, lá da, hoje é Sesi-Fetrafi, lá em Beltrão.<sup>20</sup>

Começa assim, então, a passagem norteadora de nosso trabalho. Iremos transcrevê-la aqui por completo, apesar do tamanho, pois, a despeito da pequena participação de Margarete no documentário, toda sua fala é muito rica. Tendo, então, a anuência para falar, ela continua:

Porque quando o pai tava falando, falando da questão da tia dele, da violência das mulheres; nós fizemos uma pesquisa sobre a participação das mulheres na revolta. E aí assim, ó, quando, não sei qual que é o objetivo de vocês, né, na questão, mas nós fizemos enfocados na participação das mulheres. Então o nosso ponto de entrevista e de pesquisa foi as mulheres. E aí quando falou da, da, falava dessa questão da violência que as mulheres sofreram, *na verdade, assim, os homens foram pro mato, na maioria, né, e as mulheres é que ficavam em casa, então as mulheres que enfrentaram essa realidade* [grifo nosso], essa

<sup>19</sup> NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 235-290.

<sup>20</sup> PREILIPPER, Margarete. In: *A Revolta*. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 02/06/2022. (14:15-14:38).

questão de se juntarem a noite, né, muitas contavam isso, que elas se juntavam a noite, se juntavam numa casa, enquanto que as crianças dormiam; e daí elas, umas ficavam cuidando das crianças, as outras dormiam. Daí quando essas levantavam as outras iam cuidar das crianças, né. Então, pra se proteger. E nessa questão da violência sexual que as mulheres sofreram, então isso pouco se fala na história, porque as mulheres mesmo, elas nunca contaram essa história, né, elas não contavam essa história porque naquele tempo não se falava sobre isso. Então elas sofriam a violência, ficavam quietas. E quando o pai falou da tia dele que se enforcou, então teve muitas mulheres que passaram por isso né de, de sofrer a violência e não comentar porque também eram elas a, que, repreendidas, porque mulher naquele tempo não falava, não se manifestava, né.<sup>21</sup>

Neste momento há uma espécie de mudança de direcionamento no foco de sua narrativa. Passa-se das mulheres, vítimas das violências naquele período e o silenciamento sobre essas questões, para os violadores e suas permanências.

Então acho que assim, essa questão da revolta, eu nasci com essa história, né, e me revolto cada dia mais porque, ah, até teve uma senhora que ela morreu nesse ano também e quando eu perguntei pra ela como que, como que era essa questão, ela falou assim [nesse momento, uma criança vem até a mulher e pede colo, ela fica com a criança] e daí isso que me revolta porque até hoje a gente vive com, os pais diz assim, os jagunços tão por aqui, né, tão por ai vizinho da gente, né, e incomodando sempre.. [nesse momento exclama algo com alguém próximo, provavelmente da família, em resposta, e de modo não compreensível, e então pega a criança no colo definitivamente] Eu fico com raiva da história porque, porque esses assim, o pai e esses outros não falam dos nomes, né. Por exemplo, o seu Luiz Francisco Paggi, que tem uma avenida com o nome dele lá na cidade, ele foi coordenador dos jagunços aqui no Verê; e esse homem foi farmacêutico; e essa mulher que me contou em, em 1997, foi quando nós fizemos a pesquisa, ela disse assim: ‘Ele coordenava os jagunços pra fazer as violências e daí os nossos maridos iam lá buscar remédio pra nós curar’. Né? Então isso, pra mim, revoltou muito, né. E ela disse.., essa mulher era vizinha dele; e a gente tem que levantar todo dia e olhar pra ele sentado do outro lado da rua. Né, então, ele graças a deus já morreu há mais tempo, mas ela morreu nesse ano. E ai, o que mais me revoltou, porque a, a rua, hoje o atual vice prefeito, era vereador, que indicou o nome da rua, da avenida, troca do nome. E eu na época era vereadora, fui só eu que votei contra. E hoje tem o movimento muito grande, porque esses Paggi agora, nessa eleição, por exemplo, acabaram com, perderam, saíram pra rua com revólver na mão, se manifestaram o jagunço que eles são, né [nesse momento o pai retorna com o documento, a tela deixa de ser dividida e, enquanto a mulher ainda está falando, a câmera sai dela e passa para o pai e o documento]. E se nós for contar nossa realidade de hoje, a violência que nós sofremos aqui na comunidade com os filhos e netos dessas pessoas é a mesma, é só outro jeito de brigar<sup>22</sup>.

Margarete Preilipper encerra sua fala neste momento, quando o pai retorna ao local da entrevista, com o documento de propriedade de suas terras em mãos. A tela, que durante todo o tempo da fala de Margarete esteve dividida entre ela e o pai, neste momento, ainda durante suas últimas palavras, se direciona

---

<sup>21</sup> Idem. (14:40-16:08).

<sup>22</sup> Idem (16:09-18:00).

apenas ao pai. Enfocando o título de propriedade de Ivo Preilipper, as falas finalmente se encerram, passando, por fim, para uma filmagem da placa da avenida, citada por Margarete.

Temos nessa narrativa o que entendemos como a passagem, a fala, os elementos mais interessantes de todo o documentário. Nela, Margarete abordou as violências, especialmente contra as mulheres e especificamente as sexuais, que ocorreram nos tempos da Revolta, ao mesmo tempo em que questionou o silêncio, seja dos próprios posseiros, como o fez sobre seu pai, seja da historiografia, que não narram e não se debruçam sobre essas questões. Além disso, afirmou que quem realmente enfrentava os jagunços eram as mulheres, que ficavam em suas casas, protegendo-as, enquanto os homens fugiam e se escondiam pelas matas. No segundo momento de sua narrativa aborda, ainda, mais diretamente, os jagunços, e mais propriamente, as permanências daquele cenário e agentes de violências. A presença na cidade de alguém que ela denomina como jagunço é extremamente significativa. Temos, então, uma família, os Paggi, que teria atuado com as companhias de terras e os jagunços, que se tornou dominante na cidade, ocupando a prefeitura e ainda outros postos de destaque.

A fala de Margarete estabelece, assim, uma relação complexa para com a historiografia da Revolta. Ao mesmo tempo em que é possível afirmar que sua narrativa se mostra plenamente coerente com o que se sabe sobre aqueles eventos, é possível afirmar, também, que ela vai além, já que é possível perceber, ainda, que seus questionamentos dizem respeito a lacunas historiográficas acerca de 1957. Especialmente se olharmos para as obras já consideradas clássicas<sup>23</sup>, essas ausências são marcantes. O pioneirismo desses trabalhos, em certa medida, torna compreensível essas ausências. O mais preocupante, contudo, é que, ainda hoje, essas ausências e marginalizações parecem permanecer, em grande medida.

Todos esses elementos presentes na narrativa de Margarete, especialmente as questões que ela problematiza, são, de imediato, possibilidades e demandas de estudo, pois efetivamente não foram, ainda, abordadas a fundo. O fato de a narrativa tão rica dessa mulher ser, de certa forma, apenas mais uma dentre as demais, ou ainda secundária, dividindo a tela com seu pai, como se não merecesse a atenção por si só, nos fez questionar essa marginalização das mulheres - bem com a própria Margarete o fez de modo mais amplo. O destaque no documentário à busca de Ivo Preilipper do documento de propriedade da terra - em detrimento da fala de Margarete - é muito sintomático de um cenário mais amplo de produções sobre a Revolta que se enfocam, justamente, nas questões legais como um de seus temas centrais.

---

<sup>23</sup> Ver: COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. 1984. 234 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em História, Curitiba. GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987. LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Littero-Tecnica, 1985.



Essa dinâmica, por sua vez, de modo algum é uma exclusividade deste documentário *A Revolta* (2010), tampouco é um ponto fora da curva nas produções sobre o movimento de 1957. A seguir, apresentaremos um breve panorama acerca dessa lacuna, bem como destacaremos trabalhos que já se debruçaram sobre essas questões.

## Um panorama da lacuna

Conforme consta nos créditos finais de *A Revolta* (2010), há quinze entrevistados, sendo onze homens e quatro mulheres. Conforme já pontuado, essa predominância masculina dentre os narradores sobre a Revolta de 1957, definitivamente, não é uma exclusividade deste material. Em outros documentários sobre a Revolta também há essa predominância<sup>24</sup>. Além disso, essa configuração tampouco se restringe apenas a esse tipo de produto. No suplemento especial do Jornal de Beltrão, quando das comemorações do cinquentenário da Revolta, em 2007, intitulado *O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*<sup>25</sup> dentre as cerca de setenta pessoas presentes, a maioria também era de homens, muito embora a discrepância não fosse assim tão significativa. O fato de ser um material produzido no seio da comunidade abordada, num intenso cenário comemorativo, certamente possibilitou maiores contatos e proximidades que favoreceram essa menor discrepância<sup>26</sup>.

Essa interpretação se pauta também no contraste que há entre a presença feminina nesse suplemento especial e as entrevistas colhidas pelo historiador Ruy Wachowicz, no final dos anos de 1970<sup>27</sup>. Das 26 pessoas que, de diversas formas, tiveram algum envolvimento com o movimento de 1957 e que foram ouvidas por Wachowicz, havia apenas uma mulher. Entendemos que há, dessa forma, uma influência do

---

<sup>24</sup> A seguir apresentamos os números dessa presença em alguns documentários: **1)** Em “Revolta de 57 / Revolta dos Colonos / Posseiros - Sudoeste do Paraná” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=se0IDQU--og&t=618s>, acessado em 24/01/2022), das quase vinte pessoas diretamente presentes e ouvidas, há apenas duas mulheres, que falam brevemente e ao lado de seus maridos. **2)** Em “TERRA e Poder - Disputa pela posse das terras do Sudoeste do Paraná” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmFiu487q24>, acessado em 24/01/2022), das treze pessoas diretamente presentes e ouvidas, quatro são mulheres, sendo que todas possuem um grande tempo de tela e falam sem companhia. **3)** Em “REVOLTA dos Posseiros- Pato Branco- Sudoeste do Paraná” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ol4WFP9blvY>, acessado em 24/01/2022), das 22 pessoas diretamente presentes e ouvidas, seis são mulheres e todas aparecem sem companhia. **4)** Em “REVOLTA DOS POSSEIROS / COLONOS DE 1957 N SUDOESTE DO PR” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIVuyHqtyrs>, Acesso em 24/01/2022), das quatro pessoas diretamente presentes e ouvidas, há uma mulher, com significativamente menos tempo de tela e fala acompanhada do marido.

<sup>25</sup> *O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007.

<sup>26</sup> Esse suplemento especial, em grande medida compila entrevistas publicadas diariamente ao longo de mais de um ano pelo Jornal de Beltrão, nesse mesmo cenário do cinquentenário, entre 2007 e 2008. Considerando essa ampliação, com um número muito maior de pessoas entrevistadas, o padrão se mantém.

<sup>27</sup> A escolha por esses dois conjuntos de fontes, bem como seu contraste, ocorre devido à centralidade que eles possuem na produção de conhecimentos sobre a Revolta, sendo as entrevistas de Wachowicz amplamente utilizadas por uma bibliografia hoje clássica e as entrevistas do Jornal de Beltrão amplamente utilizadas em trabalhos mais recentes.

cenário de produção desses materiais e das relações entre seus realizadores e as pessoas entrevistadas, suas proximidades, com a presença/ausência das mulheres.

Sendo, então, esses documentos, em grande medida, a base para muitos trabalhos sobre 1957, é possível depreender alguns pontos. Afinal, na maioria desses trabalhos, percebe-se também uma predominância das vozes masculinas, bem como a ausência de direcionamentos para e a partir das vozes femininas. Novamente, é o que Amâncio pontua como sendo uma dinâmica de “cristalização dos saberes”.

Essa dinâmica, por sua vez, é muito mais válida para trabalhos clássicos - como Gomes, Lazier, Wachowicz, Colnaghi, etc - já que recentemente estudos mais diversos sobre a Revolta estão sendo produzidos, mesmo que um longo caminho ainda deva ser trilhado. Pensando especificamente na questão da presença das mulheres podemos começar abordando o artigo “As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX”, de Elir Battisti. O autor possui, como proposta geral, “[...] refletir sobre os movimentos pela posse e uso da terra desencadeados no Sudoeste do Paraná no final dos anos 1950 - Revolta de 1957 - e em meados dos anos 1980 - ocupações, acampamentos e assentamentos do MASTES/MST - procurando enfatizar os aspectos históricos, geográficos, sociológicos e antropológicos”<sup>28</sup>. Além disso, como pontua Koling, ao nos apresentar esse trabalho,

Elir Battisti (2006) ampliou a visão sobre os sujeitos sociais e as práticas de resistência que os colonos (homens, mulheres e crianças) realizaram em contraposição às companhias e seus jagunços, sendo este artigo um dos primeiros trabalhos que abordam a revolta de 1957 na perspectiva de gênero, com enfoque à participação ativa das mulheres, que tinham que enfrentar triplamente as ameaças e violências praticadas pelos donos e empregados das empresas grileiras de terra<sup>29</sup>.

Ao longo de seu artigo, contudo, Battisti dedica literalmente uma página para essa análise específica da participação das mulheres, na qual afirma o seguinte:

A mulher camponesa, tanto na revolta de 1957 como nas mobilizações da década de 80, demonstrou coragem descomunal tanto na defesa de ‘seu’ território (posse, ocupação) quanto na defesa de sua família e ‘comunidade’. Foi assim que, em 1957, ela enfrentou os jagunços para proteger os filhos e a propriedade enquanto o ‘seu homem’ estava escondido no mato para não assinar ‘confissão de dívida’ às companhias colonizadoras<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

<sup>29</sup> KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2018, p. 300.

<sup>30</sup> BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006. p. 85.

Na sequência ainda faz algumas afirmações sobre a participação das mulheres nos movimentos de luta pela terra nos anos de 1980, o que indica uma interessante permanência dessa importante atuação das mulheres nesse cenário. Por fim, conclui que: “Conforme visto, a participação da mulher foi decisiva para o êxito da luta camponesa pela terra no Sudoeste do Paraná. Sua atuação ocorreu basicamente em dois flancos: na linha de frente e na retaguarda - sustentação logística e moral<sup>31</sup>”.

Há também o artigo “Olhar feminino sobre a colonização do sudoeste do Paraná”, de Gilmar Fiorese. Aqui, o autor traça um panorama geral, abordando as divisões público/privada, que impõem às mulheres os locais silenciados, questiona a produção historiográfica lacunar, aponta a participação das mulheres em diversos momentos de nossa história e, por fim, pergunta: “E no sudoeste do Paraná, não teria sido significativa a participação da mulher na construção desta história?”<sup>32</sup>. Percebe-se, com isso, que o foco do autor não se refere propriamente à participação das mulheres no movimento de 1957, mas sim na chamada colonização do sudoeste. Ainda assim, elementos da Revolta são abordados tangencialmente.

Fiorese defende o emprego da História Oral para se ter acesso a vozes marginalizadas na produção de conhecimentos sobre aquele contexto, como as das mulheres. O autor passa, então, a trabalhar com entrevistas colhidas por ele com mulheres da região acerca do processo de ocupação do Sudoeste. Essa sua abordagem, contudo, não traz muitos elementos novos, a despeito das possibilidades que ela suscita e mesmo de suas intenções. As narrativas apresentadas ao longo do trabalho não são problematizadas no sentido de aprofundar e/ou questionar as problemáticas tocadas.

Há, todavia, algumas exceções que, ao tocarem questões mais profundas e/ou diversas, ou seja, que fogem do padrão da historiografia, por um lado, reforçam a significância dessa análise focada na perspectiva das mulheres como enriquecedora e que, por outro lado, apontam para a falta de aprofundamento que essas questões demandam. Uma dessas exceções diz respeito a determinada passagem em que se fala que as mulheres também trabalhavam abrindo caminhos, estradas, derrubando mata, etc, bem como na sequência algumas reflexões acerca da devastação ambiental provocada por esse processo. Temos, nessas passagens, elementos que poderiam ensejar uma problematização dos supostos locais de trabalho de homens e mulheres, afinal, conforme se percebe em demais documentações e mesmo na bibliografia, não é comum associar as mulheres do Sudoeste a essas referidas atividades. A outra exceção, talvez a mais interessante e que mais espaço possibilitasse para um aprofundamento, diz respeito às dificuldades acerca da moradia e alimentação nos primeiros tempos naquela região; ou seja, de adversidades enfrentadas nos seios das famílias nos primeiros momentos no Sudoeste. Ao passo que problemas com a legalização das terras, com os

---

<sup>31</sup> Idem, p. 86.

<sup>32</sup> FIORESE, Gilmar. Olhar feminino sobre a colonização do sudoeste do Paraná. In: *Pauta Interdisciplinaridade e Pensamento Científico*. Pato Branco - Paraná, v. II, n.nº 1, p. 173-197, 2003, p. 179.

transportes ou com as lavouras são amplamente explorados em grande parte das narrativas, essas dificuldades consideradas do lar não são tão presentes.

Esses exemplos confirmam, também, a própria postura inicial de Fiorese, defendendo essa abordagem enquanto possibilitadora de novas interpretações, trazendo novos elementos. Segundo o autor, “nos conflitos sociais pela terra no sudoeste paranaense, os homens também não venceram sozinhos. Se apenas os homens foram incluídos nas narrativas e nas produções existentes, não significa que as mulheres não possuem uma história. Elas têm uma história, porém não estão na historiografia”<sup>33</sup>.

A afirmação de Fiorese de que as mulheres abriam os caminhos juntamente com os homens encontra respaldo no trabalho de Luís Fernando Lopes Pereira<sup>34</sup>, no qual o autor dedica um capítulo especialmente para tratar das “Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres”. Ao longo das dezesseis páginas desse capítulo, Pereira aborda a já referida derrubada das matas e abertura de caminhos e terrenos, que envolviam homens e mulheres, mas também da exclusão das mulheres das questões políticas. Trata das sociabilidades e espaços de lazer que eram ocupados também pelas mulheres, mas dos quais havia mais opções aos homens. O cotidiano, com as indumentárias, saúde, escola, culinária, etc, também são abordadas.

Pereira analisa, ainda, as questões mais diretamente relacionadas ao cenário de violência e ao movimento do levante. Segundo o autor, aquelas mulheres acabaram desempenhando um papel central na medida em que estavam inseridas em uma série de estratégias dos homens para se livrarem dos jagunços, suas cobranças e violências. Isso ocorria porque os homens fugiam e se escondiam dos jagunços, restando às mulheres enganá-los e enfrentá-los. Ainda segundo Pereira, os jagunços, por não terem nas mulheres o seu foco – que eram os homens – acabavam abandonando momentaneamente seus objetivos. Todos esses encontros, por sua vez, eram extremamente desgastantes para elas, podendo acarretar até mesmo em abortos<sup>35</sup>.

Por fim, teriam ocorrido casos em que os jagunços não desistiram tão facilmente frente a não presença dos homens, como no caso de Paula Preilipper, que “matou para se defender”, ou das mulheres usando armas, segundo Manoela Pecoits.

---

<sup>33</sup> Idem, p. 180.

<sup>34</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957)* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

<sup>35</sup> Idem, p. 64.

## As testemunhas autorizadas

Devemos deixar claro que em todos os materiais sobre a Revolta dos posseiros as mulheres estão presentes; sejam artigos, dissertações ou teses e mesmo em produções não acadêmicas. Trabalhos que abordam a perspectiva da memória e/ou História Oral talvez sejam nos quais essa presença mais se destaca, justamente pelo fato de que essas perspectivas possibilitam ouvir vozes muitas vezes silenciadas e/ou marginalizadas<sup>36</sup>. A já citada obra de Iria Zanoni Gomes, que emprega a oralidade, dentre os estudos considerados clássicos, talvez seja o maior exemplo disso, especialmente se compararmos com outras obras do mesmo período, como as de Colnaghi ou de Lazier, que se focam muito mais em documentos oficiais. Mesmo tendo uma quantidade muito menor de vozes de mulheres - se comparadas às de homens - no trabalho de Gomes, elas estão mais presentes.

A História Oral, portanto, possibilita uma maior presença e diversidade de vozes. Contudo, mesmo nesses casos, a presença das mulheres parece não ter sido devidamente aprofundada. Ela está sempre presente, mas dificilmente direciona-se o foco sobre elas, sobre suas experiências e sobre suas perspectivas. O destaque, ao fim e ao cabo, acaba ficando realmente com os grandes nomes e líderes do movimento, as “testemunhas autorizadas”.

Mas, afinal, o que ou quem seriam essas “testemunhas autorizadas”, como coloca Michel Pollak<sup>37</sup>. Encontramos direcionamentos para melhor compreender essa questão na seguinte passagem.

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. Esse papel existe também, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados ou de ex-combatentes. Pode-se perceber isso quando se aborda, no contexto de uma pesquisa de história oral, os responsáveis por tais associações. Em minha pesquisa sobre as sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau, uma das responsáveis pela associação me disse, antes de me pôr em contato com algumas de suas companheiras: ‘O senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade.’ *Esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o ‘subjetivo’ e o ‘objetivo’, entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais* [grifo nosso]. A escolha das testemunhas feita pelas responsáveis pela associação é percebida como tanto mais importante quanto a inevitável diversidade dos testemunhos corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados. Dentro da preocupação com a Imagem que a associação passa de si mesma e da história que é sua razão de ser, ou seja, a memória de seus deportados, é preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes, e evitar que ‘mitômanos que nós também temos’ tomem publicamente a palavra<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> A respeito dessa perspectiva, trabalhos como os de POLLAK, 1989, POLLAK, 1992, THOMPSON, 1992, ALBERTI, 2010, BOSI, 1994, CANDAU, 2011, dentre outros, apontam nesse sentido.

<sup>37</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

<sup>38</sup> Idem, p. 10.

Nesse sentido, as “testemunhas autorizadas” seriam as pessoas que, devido a um processo que envolve diversas variáveis, tornaram-se, e foram transformadas, nessas “guardiãs da verdade”. Com isso, ao se buscar conhecer determinado tema, costuma-se recorrer à essas mesmas pessoas – o que pode resultar num ciclo problemático, justamente pela questão pontuada por Pollak na qual essa dinâmica recorrentemente opõe à essas testemunhas autorizadas todas as demais, que seriam apenas detalhes, não dignos de serem ouvidos. Dessa forma, “se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de ‘historiadores da casa’”<sup>39</sup>. Pessoas presentes no documentário *A Revolta* (2010), por exemplo, como Ivo Thomazoni e Jácomo Trento, são exemplos dessas testemunhas autorizadas<sup>40</sup>.

Além disso, por terem esse status, é comum que essas pessoas padronizem suas narrativas, elencando e apresentando apenas a verdade - ou seja, o que elas consideram como sendo o mais relevante, a verdade para elas, que, por conseguinte, acabam sendo difundidas. Com isso, corre-se o risco de deixar-se de lado, de se perder muitos elementos riquíssimos para a análise histórica. Ao fim e ao cabo, pode acontecer, assim, uma “cristalização dos conhecimentos”, na perspectiva já exposta de Amâncio.

Consideramos que seja esse o caso da narrativa de Margarete Preilipper - e de tantas outras mulheres - pois se enquadraria nessa tipificação de “mitômanos”<sup>41</sup> ou ainda como um mero expressar de “reações e sentimentos pessoais”<sup>42</sup>. Por não ser uma testemunha autorizada, a narrativa de Margarete e de tantas outras acabam sendo colocadas de lado. O contraponto entre a presença de Margarete – com sua narrativa “não autorizada” – frente à narrativa de seu pai – inclusive por estar falando num “tema central”, a propriedade da terra – parece deixar essa dinâmica bem evidente.

Outro contraste possível de ser feito, ainda em comparação à presença de Margarete, no documentário, diz respeito à presença de Ivo Thomazoni e Jácomo Trento, considerados dois dos grandes líderes do movimento de 1957. Os dez minutos finais da produção são praticamente todos dedicados a eles. Realiza-se, então, encenações – semelhante ao que pontua Menezes, mas não com o intuito de iludir e sim de construir uma narrativa centrada naquelas figuras – nas quais aqueles homens posam para fotos, com documentos aos seus pés, como a dizer que a história que aqueles papéis contam foi feita por eles<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Em cada recorte trabalhado a construção dessas “testemunhas autorizadas” ocorre de formas diferentes. No caso da Revolta de 1957 podemos indicar alguns elementos: o grande destaque da cobertura midiática coeva ao movimento centrada nos agentes urbanos; o fato de que alguns desses mesmos agentes, como Manoel Pecoits e Ivo Thomazoni alçaram carreiras políticas posteriores; um preconceito (como indica MARTINS, 1980), acerca da independência e mesmo capacidade política e de mobilização dos camponeses; a estrutura patriarcal; etc.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Não queremos dizer que não o foi, apenas que outras pessoas também a fizeram.

Todo esse cenário, no entanto, contrasta imensamente com o padrão de representação, presença e atenção dedicados às mulheres. Neste caso em específico, é curioso comparar a fala padronizada desses homens, que tantas vezes já fizeram isso e que praticamente nada de novo trazem para a produção de conhecimentos sobre a Revolta, ao passo que recebem uma verdadeira homenagem, com a necessidade de permissão para falar de uma mulher que nos fornece, em sua narrativa provavelmente poucas vezes ouvida, elementos interessantíssimos, novos e que clamam por serem abordados. Não teríamos, então, uma clara hierarquização entre essas vozes? Não basta a mulher estar ali. É preciso que nós nos debruçemos sobre o que ela nos fala.

Como já pudemos perceber, a partir da fala de Margarete Preilipper - e os trabalhos abordados na seção anterior reforçam - as mulheres, acerca da Revolta dos posseiros, têm muito o que falar. Mais do que isso, entendemos que, justamente, por estarem há tanto tempo marginalizadas na produção de conhecimentos e/ou memórias sobre a Revolta, olhares mais atentos para suas perspectivas podem se mostrar inovadores, trazendo elementos e abordagens até então pouco ou não trabalhados, aprofundando e complexificando nossos conhecimentos sobre aquele contexto histórico.

### **Possibilidades e demandas a partir das narrativas das mulheres da Revolta**

O último trabalho dedicado às mulheres com o qual trabalharemos<sup>44</sup> é “A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957”, de José Luiz Zanella e Sílvia Ana Kramer, de 1997<sup>45</sup>. Este texto trata-se de uma espécie de relatório parcial de um projeto que estava em andamento quando de sua publicação. Segundo a introdução dos autores “O presente texto é o resultado parcial de um estudo realizado pelo Setor de Pesquisa e Extensão da Facibel em conjunto com a Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Paraná”<sup>46</sup>. A proposta partiu dessa comissão que, segundo os autores, possuía quinze membros que, por sua vez, coordenavam cerca de outras 3000 por todo o Sudoeste. O objetivo desse grupo, após constatarem a inexistência de mulheres nos estudos, era “resgatar a história da participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957”<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Optamos por deixá-lo por último e separado dos anteriormente trabalhados, pois este artigo de 1997, em grande medida, serviu de base para aqueles - especialmente para o capítulo de Pereira. Além disso, mais do que análises e/ou debates teóricos, este artigo traz uma série de trechos de entrevistas com mulheres que participaram da Revolta e que vão atuar no sentido de encaminharmos mais objetivamente nossas propostas.

<sup>45</sup> ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 116.

Ao que tudo indica, é a este projeto que Margarete Preilipper, no início de sua fala no documentário, se refere. Infelizmente parece não ter havido continuidade, pois não encontramos materiais posteriores<sup>48</sup>. De qualquer forma, esse breve texto merece destaque pelo pioneirismo nessa abordagem, ainda mais por sua relação intrínseca com as mulheres da região e da riqueza do conteúdo que ele nos apresenta. Por isso, a despeito de sua inconclusão, entendemos que esse trabalho possui um caráter seminal, instigando e mesmo direcionando caminhos que ainda precisam ser trilhados. A seguir pretendemos destacar algumas questões nesse sentido. Mais do que isso, entendemos que a partir desse artigo e, especialmente dos trechos de entrevistas com as mulheres do Sudoeste – bem como da fala de Margarete Preilipper – muitos caminhos podem ser desvelados, muitas possibilidades e demandas de estudos podem ser apontadas.

Os autores iniciam, efetivamente, sua exposição traçando um breve panorama contextual da história do Sudoeste e da Revolta de 1957, ao final do qual questionam: “Nesse contexto de luta pela terra no Sudoeste, pergunta-se: qual foi a participação da mulher? Se participou, como e de que forma foi?”<sup>49</sup>. Passa-se, então, a esclarecer questões metodológicas e teóricas do projeto. Segundo os autores, frente à falta de fontes sobre as mulheres, decidiu-se abordar o não documentado, como eles definiram, lançando mão, então, da História Oral.

Como naquele momento já haviam sido colhidas diversas entrevistas, mostrava-se possível a apresentação de resultados parciais minimamente robustos. Com isso, os autores passam, então, a apresentar “algumas citações consideradas relevantes para destacar as diversas formas pelas quais a mulher participou da história do Sudoeste”<sup>50</sup>, divididas em temas.

Na temática da “Saúde” Manoela Pécoits nos fala que atendiam, naquele período, mais esfaqueados do que doentes<sup>51</sup>. Tal passagem pode ser contrastada, por exemplo, com as narrativas de Rubens Martins<sup>52</sup>, que afirma que naquele período não houve violências significativas e que os ditos ataques de jagunços eram apenas discursos políticos com objetivo de enfraquecer o PSD, que na época dominava politicamente a região.

É, contudo, no eixo temático sobre “A participação da mulher na Revolta de 1957” e todas as suas subdivisões, que temos as passagens mais ricas<sup>53</sup>. É aqui que se destacam os enfrentamentos diários, por muito tempo, inclusive antes da Revolta em si, dessas mulheres, em suas casas especialmente, frente às

---

<sup>48</sup> Isso possivelmente é explicado pela incorporação da Facibel, em 1999, à UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

<sup>49</sup> Idem, p. 117.

<sup>50</sup> Idem, p. 118.

<sup>51</sup> Idem, p. 120.

<sup>52</sup> MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: Estúdio GMP, 1986.

<sup>53</sup> Além disso, optamos por nos focarmos mais nesses temas, pois as questões do cotidiano já foram trabalhadas por PEREIRA, 2020.



companhias e os jagunços. O embate direto entre essas mulheres e os jagunços pode ser percebido no trecho a seguir:

Bem, os homens se escondiam tudo porque eles não ficavam em casa, porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulher tinham que enfrentar porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. Eu trabalhava assim na beira da estrada, do carreiro, levava as criança numa caixinha e eles passavam, um tal de Orélio, que judiou de todo mundo, dizia: vai embora mulher boba, para de trabalhar nesta roça, leva estas criança pra casa, isso aí não adianta tu plantá, porque é tudo nosso mesmo. Nós vamo soltá os cavalo pra comê tudo que você planta aí. E eu mandava que ele viesse. Eu enfrentava eles, eu não tinha medo (Diversina Topanotti)<sup>54</sup>.

As violências, especialmente contra as mulheres e especialmente as sexuais, também são abordadas: “Eles fizeram muito crimes, onde estava só a mulher, pegavam ela e faziam o que queriam e saiu até nos jornais. Eles matavam, estupravam mulheres e meninas e queimaram as casas para que o povo saísse das terras” (Antonia Cantini)<sup>55</sup>.

Mesmo questões que não tocam especificamente na atuação das mulheres, mas que são elementos ainda hoje pouco abordados, estão presentes em suas falas, como a respeito da suposta liberação do então governador do Estado, Moisés Lupion, de prisioneiros para atuarem como jagunços: “O governador Lupion soltou os presos para serem jagunços aqui no Sudoeste. Estes jagunços mataram os animais das famílias para comer, faziam o que queriam com as mulheres e moças, matavam os homens que não tinham dinheiro” (Alvina Bonin Peron)<sup>56</sup>. Esta é, inclusive, uma questão de primeira importância a ser abordada, visto que está presente também em outras documentações. Aparecem, contudo, quase sempre da mesma forma que se deu aqui. Carecemos, assim, de documentações mais diretas para atestar (ou não) e analisar esse tema.

As maiores complexidades das relações entre jagunços e posseiros também são abordadas:

Os jagunços existiam, quando eles vinham parecia que a terra tremia. Na minha casa, depois de casada, nós tinha bodega. Era o lugar que eles paravam para comer e beber. Quando eles chegavam, estavam armados dos pés aos cabelos, tudo que é tipo de arma. (...) A gente sabe que eles mataram gente, fizeram gente deixar as propriedades (Maria F. Faust)<sup>57</sup>.

Percebe-se, nesta passagem, que as relações entre jagunços e posseiros não seriam exclusivamente de embate ou violência direta, ao menos não em todos os momentos, muito embora talvez possamos afirmar que houvesse uma tensão constante. De qualquer forma, dizer que havia maiores complexidades nas relações

---

<sup>54</sup> ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997. p. 124.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Idem*, pp. 124-125.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 125.

entre jagunços e posseiros não deve ser interpretado como uma relativização ou deslegitimação das violências cometidas por aqueles contra estes naquele cenário.

Em vias de conclusão sobre este texto podemos dizer, então, que apesar de ser apenas a apresentação de um resultado parcial, trata-se de um material muito interessante no sentido de, primeiro, defender uma maior e mais complexa participação das mulheres naquele cenário e, segundo, através dos trechos citados, apontar para direções pouco exploradas nos estudos sobre a Revolta - justamente por partirem de vozes ainda pouco ouvidas - como as maiores complexidades das relações com os jagunços e mesmo uma possível centralidade das mulheres no embate com os jagunços. Esse resultado parcial, portanto, indica, mesmo que não intencionalmente, e motiva, novos caminhos a serem trilhados nos estudos sobre a Revolta.

Apesar de sabermos hoje muito mais, por exemplo, sobre esses embates mais diretos entre os jagunços e as mulheres, infelizmente, lendo este trabalho hoje, parece-nos que esses caminhos não foram suficientemente trilhados ainda. Urge, portanto, a necessidade de tais estudos, já que como pontuaram Zanella e Kramer em 1997 “mais do que nunca constatamos que, de uma forma ou de outra, as mulheres souberam resistir e conseguiram enfrentar os jagunços”<sup>58</sup>.

## **Considerações finais**

Nossos objetivos centrais com este trabalho, foram, primeiro, apontar para alguns problemas de marginalizações e hierarquizações nas produções de conhecimento sobre a Revolta dos posseiros de 1957 a respeito da presença e vozes das mulheres e, segundo, apontar para algumas direções, indicando possibilidades e necessidades frente a esses problemas. Infelizmente uma crítica bibliográfica mais aprofundada, neste momento, se mostrou inviável. Por isso, com exceção dos artigos específicos sobre a presença das mulheres, acabamos indicando panoramas gerais, mais do que abordando casos e produções a fundo.

A respeito de nossa segunda proposta central, tentamos direcionar alguns olhares, com o objetivo de que essas questões, possibilidades e demandas, se apresentassem mais claramente. Nesse sentido, o trabalho com o texto de Zanella e Kramer foi essencial, afinal, conforme esperamos ter ficado claro, as narrativas que ali constam apontam para questões ricas e ainda pouco abordadas. Do diálogo entre os conteúdos presentes nas narrativas dessas mulheres, portanto, esperamos ter exposto possibilidades e demandas de estudo pertinentes. A título de conclusão, podemos, então, esquematizar essas opções.

---

<sup>58</sup> Idem, p. 126.

Ao falar das violências sofridas pelas mulheres naquele período, destacadamente as sexuais, Margarete Preillipper, para além das denúncias desses atos, direciona nosso olhar para o que vem se constatando como um fato: o destacado enfrentamento entre mulheres e jagunços, talvez até mais direta e frequentemente.

Se realmente foram os homens que tomaram as cidades<sup>59</sup>, como nos diz a bibliografia, sendo eles a grande maioria das pessoas que executaram tal ato, teriam sido as mulheres que durante meses antes desse estopim enfrentaram, com mais frequência, os jagunços. Em suas casas, protegendo seus filhos, cuidando de suas posses e lutando por si mesmas, muitas vezes armadas. Os homens, tantas vezes obrigados, como estratégia de sobrevivência, a fugirem e se esconderem nos matos por suas vidas. Como nos contou Diversina: “Enfrentei muitos jagunços até com arma de fogo e nunca tive medo. Eu fui uma mulher de muito coragem, mais coragem que meu marido, não fez o que eu fiz e botei eles a correr também da minha casa” (Diversina Topanotti)<sup>60</sup>.

Podemos pensar essa questão nos termos das “tarefas primordiais”, apontadas por Varikas, ou seja problematizar e desconstruir esses conteúdos prévios, bem como apontar as polissemias - acerca do papel das mulheres em determinado contexto. Nesse sentido, o exemplo exposto pela autora, traz o contraste entre o que se esperava das mulheres contra revolucionárias na França no século XVIII, muito associado com a religiosidade, frente ao que se descobriu com pesquisas históricas, a saber, que aquelas mulheres tinham uma série de atuações que se davam em outros âmbitos, que não eram os “seus”. Podemos, de modo semelhante, realizar esse exercício com as mulheres da Revolta de 1957. Afinal, se inicialmente o lugar atribuído a elas era o do lar e sem desempenhar funções naqueles cenários, o que as fontes têm nos mostrado, na verdade, é que elas desempenharam papel central naquele contexto, especialmente nos confrontos e tensões cotidianas com os jagunços.

Não buscamos, com isso, de forma alguma, diminuir os feitos daqueles homens. Tendo resistido por muito tempo, levantaram-se e atingiram seus objetivos. Apenas deve-se deixar claro que as mulheres estavam juntas e não atrás deles, como apoio, mas lado a lado, muitas vezes sofrendo mais e enfrentando embates mais diretos. Nesse sentido, Pereira afirma que “a Revolta, para muitas mulheres, caracterizou-se como um período de medo e angústia, mais do que de violência propriamente dita, tal como enfatizava o

---

<sup>59</sup> Apesar de não abordarmos diretamente a presença de outras mulheres do documentário *A Revolta* (2010), podemos indicar, brevemente, uma passagem em que Manoela Pécoits, figura de destaque naquele contexto, diz que ela, bem como outras mulheres, aprendia a usar e usavam, efetivamente, armas, para se protegerem – e também a outras pessoas – dos jagunços. A presença de mulheres em armas pode ser visualizada, inclusive, em fotografias de Oswaldo Jansen do dia da tomada de Francisco Beltrão. Muito embora em número reduzido, elas estavam lá.

<sup>60</sup> ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997, p. 126.

discurso político de Othon Mader. A ‘violência simbólica, manifestada por meio de ameaças, foi o fator que desencadeou o medo e, em consequência, a mobilização’<sup>61</sup>.

Ao percebermos que são, em sua imensa maioria, homens as testemunhas autorizadas e que, portanto, em grande nível direcionam os conhecimentos que temos sobre o tema, exaltando seus feitos e marginalizando os de outros agentes, destacadamente das mulheres, essa questão ganha ainda mais contraste.

É, então, por isso que devemos expandir nossos olhares, além de direcioná-los para questões e sujeitos pouco abordados. As falas de Margarete Preilipper, juntamente com as que estão presentes no texto de Zanella e Kramer, para além de toda essa problematização acerca da presença das mulheres, apontam para diversas outras questões. Falas como a de Alvina, acusando o então governador do Estado, Moisés Lupion, de liberar presidiários para atuarem como jagunços a mando das companhias, não são casos isolados. Essa é, inclusive, uma questão de grande relevância que possibilita e demanda maiores esforços.

Questões como esta da liberação de jagunços por Lupion, bem como outras, não estão presentes apenas nas falas de mulheres. Ou seja, muitos dos elementos aqui pontuados a partir das falas dessas mulheres podem também estar presentes nas falas de homens. Todavia, nos parece correto afirmar que mesmo nesses casos, as perspectivas delas podem ser muito diversas. Como também destaca Pereira, pautando-se no trabalho de Svetlana Alexijevich “a memória feminina sobre fatos dolorosos, como guerras e revoltas, é mais trágica e vivenciada de modo mais terrível do que a memória dos homens”<sup>62</sup>. Se se tomar esse pressuposto em diálogo com a necessidade de problematizações dos conteúdos prévios, conforme defende Varikas, certamente se alcançará uma abordagem muito mais rica.

Dessa forma, as indicações aqui realizadas apontam mais do que possibilidades e demandas de estudo sobre as mulheres, focando as análises em suas presenças e atuações no cenário da Revolta, mas também, demonstram possibilidades de enriquecimento de análises diversas que podem advir ao direcionarmos nossos olhares, com perguntas e problematizações, a partir das experiências dessas mulheres, de suas narrativas, de suas perspectivas e que se referem a temas diversos.

Buscando concluir esse debate, entendemos que, se trabalhadas de uma perspectiva da História das mulheres, do gênero enquanto uma categoria de análise, as demandas e possibilidades aqui apontadas, têm um grande potencial de desvelar particularidades ainda não expostas sobre aquele contexto, bem como apontar as fragilidades de conteúdos prévios e destacar as polissemias daquelas práticas e realidade. Por outro lado, mesmo que essas questões não estejam no centro do debate, o emprego das vozes das mulheres

---

<sup>61</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957)* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 62.

<sup>62</sup> Idem, p. 56.

da Revolta – e aqui indiretamente retornamos à categoria de gênero – possibilita visões ainda pouco exploradas, justamente porque suas experiências foram, em grande medida, diversas das vozes autorizadas acerca daquele movimento. Dessa forma, entendemos entrar em acordo com uma das conclusões de Varikas, que defende que as perspectivas da História das Mulheres e do gênero enquanto uma categoria de análise histórica sejam imiscuídas por todo o fazer historiográfico, muito mais do que atrelados a uma “pátria”.

Na segunda parte da fala de Margarete, há passagens que indicam para a permanência de agentes violadores do período de 1957, nas cidades do Sudoeste, ainda no presente (presente quando do documentário, ou seja, 2009/2010). Ela os denomina como jagunços, muito embora, poderíamos dizer que se trata, mais possivelmente, de um gerente de companhia ou algo similar. Poderíamos, também, nos questionar até que ponto essa distinção é correta. Afinal, não seriam os gerentes das companhias - que até onde sabemos, poderiam ter dentre suas funções o controle das ações dos jagunços - também diretamente responsáveis pelas violências daquele momento? De qualquer forma, essa fala, ao nos indicar essa permanência, possibilita e demanda novas abordagens. Se realmente há indivíduos na região que atuaram como violadores no período da Revolta – ou mesmo seus descendentes – isso pode gerar traumas, tensões, enfim, diversos problemas para as pessoas que foram violentadas naquele momento e mesmo para seus descendentes. Essa questão, inclusive, foi diretamente levantada por Margarete.

Outro elemento que essa possível permanência pode indicar é que parece não ter havido as devidas penalizações para aqueles sujeitos. E ainda – o que se mostra mais significativo em caso de real influência e prestígio desses sujeitos naquelas comunidades no presente – isso pode implicar em direcionamentos no próprio fazer historiográfico sobre o tema, especialmente em questões sensíveis, como as violências praticadas naquele período. Afinal, não seria coerente pensar na possibilidade de influência desses sujeitos nas declarações das pessoas sobre aquele acontecimento histórico e especialmente sobre os temas mais sensíveis?

Por fim, uma última possibilidade/demanda de abordagem acerca do tema mais amplo da Revolta de 1957, se refere às possíveis maiores complexidades das relações entre posseiros e jagunços. Novamente retomamos aqui as passagens fornecidas no artigo de Zanella e Kramer. Nesse sentido destaca-se a fala de Maria Faust, que possuía uma bodega no período, na qual os jagunços frequentavam. Certamente, como a própria Maria indica, havia tensão nesses momentos. Porém, apenas com sua fala, já há indicações que extrapolam a noção de relação entre esses sujeitos pautada na exclusividade da violência direta.

Diversas outras narrativas sobre essas prováveis relações mais complexas estão presentes em outras fontes, como o próprio documentário *A Revolta*, ao longo das publicações das entrevistas do Jornal de Beltrão, etc. Esta, inclusive, é uma fonte essencial - frente à impossibilidade de novas entrevistas com pessoas que vivenciaram 1957 - para todas essas abordagens aqui apontadas. Isso, por sua vez, reforça algo

que esperamos já ter ficado claro ao longo do trabalho, a saber, a importância da História Oral para essas abordagens - e para novas perspectivas de modo geral.

Não podemos ignorar, entretanto, que, apesar de não ser uma testemunha autorizada - por não ser homem e/ou liderança urbana do movimento de 1957 - Margarete Preilipper pode não representar uma ruptura total com essas hierarquias. Afinal, ela possui um lugar de relativo destaque dentro daquela comunidade, por ter atuações políticas, sindicais, etc. Considerando-se isso, torna-se ainda mais importante trabalhos como o de Tiago Orben<sup>63</sup> - especialmente as entrevistas completas por ele realizadas, algumas com mulheres de Verê - ou ainda a já citada atuação do Jornal de Beltrão que, justamente por sua inserção naquela comunidade, conseguiu expor a voz de diversas dessas atrizes históricas.

A importância, portanto, de se compreender mais a fundo os papéis desempenhados pelas mulheres no movimento de 1957, bem como os assuntos por elas abordados em suas narrativas, portanto, se mostra mais significativa ao passo que compreendemos a Revolta do Sudoeste, como um episódio ímpar de nossa história – destacando-se o alcance dos objetivos daqueles sujeitos – mas também como um episódio que se insere num padrão muito mais amplo, num contexto de expansão das fronteiras e de disputas pela terra. Dessa forma, compreender a Revolta dos Posseiros em sua complexidade, é compreender também um dos elementos centrais da própria história do Brasil, as disputas pela terra, as diversas violências praticadas nesse cenário e as ações e reações de homens e mulheres frente a isso.

## Referências

*A Revolta*. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 27/01/2022.

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da história”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

---

<sup>63</sup> ORBEN, Tiago Arcanjo. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2014. 150 p.

- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. 1984. 234 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em História, Curitiba.
- FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal/RN. Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. p. S/N-S/N.
- FIORESE, Gilmar. Olhar feminino sobre a colonização do sudoeste do Paraná. In: *Pauta Interdisciplinaridade e Pensamento Científico*. Pato Branco - Paraná, v. II, n.º 1, p. 173-197, 2003.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987.
- GOMES, Roberto. *Os dias do demônio*. Curitiba: Criar Edições, 2001.
- GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço da Revolta dos Posseiros (1957): interpretações e representações*. Problematização de uma narrativa sobre o outro. Monografia em História. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2019.
- KOLING, Paulo José. “A Revolta de 1957 no sudoeste do Paraná: luta pela terra, memórias e (re)disputas pela história”. In: PRIORI, Ângelo; GRUNER, Clóvis. *Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)*. Curitiba: ANPUH, 2016.
- KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2018.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes: Petrópolis, 1981.
- MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: Estúdio GMP, 1986.
- MENEZES, Paulo. Representações. As relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 Nº. 51*, pp. 87-97. 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 235-290.
- O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007.
- ORBEN, Tiago. “As comemorações da Revolta dos Colonos em seu cinquentenário: Francisco Beltrão/PR, 2007”. *Revista IDEAS*, v. 9, n. 2, p. 45-73, 2015.

- ORBEN, Tiago Arcanjo. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2014. 150 p.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957)* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- PRIORI, A., et al. “A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná”. In: *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012, pp. 143-158. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em 20/05/2019.
- SANTOS, Roseli Alves dos. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no Sudoeste do Paraná. *Geo UERJ* - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.
- SILVA, Moacir Motta da. *Ontem, confrontos e conflitos; hoje, monumentos: o levante dos Posseiros de 1957 e seus monumentos na fronteira do Sudoeste do Paraná*, Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo, 2013.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOMAIN, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. *Significação*, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, jan-jun. 2019.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 63-84.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Tecnica, 1985.
- ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta do Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.
- ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar. “A eleição de ‘heróis’ pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná”. *Revista IDEAS*, v. 7, n. 1, p. 43-66, 2013.



Recebido em 11/02/22 aceito para publicação em 07/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021